

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO  
DE LEI Nº 6.494, DE 2019**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.494, DE 2019**

Altera o Substitutivo ao PL 6.494/2019, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a formação técnica profissional e tecnológica; o Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – a Consolidação das Leis do Trabalho, para articular a formação técnica profissional de nível médio com a aprendizagem profissional; e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do câmputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

**EMENDA**

Art. 1º O art. 4º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.494, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 20.....  
.....

§ 9º Os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado, de contrato de aprendizagem, de bolsa de iniciação científica, de monitoria, de atividade de extensão e pesquisa e da Bolsa-Atleta, prevista pela Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, quando, mesmo acumulados, forem inferiores ao valor do Benefício de Prestação Continuada, não serão computados



para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere o § 3º deste artigo.

.....”(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O esforço do substitutivo em evitar que a percepção de bolsas em programas de incentivo à aprendizagem - como a iniciação científica ou a docência - reduzam a renda total da família do estudante é bastante meritório.

Tendo em vista que o Benefício de Prestação Continuada é pago para deficientes e idosos cuja renda familiar mensal per capita é de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, isso significa que um deficiente ou idoso pertencente a uma família de 3 pessoas com renda mensal superior a R\$900,00 não tem direito ao benefício.

Ora, não é difícil que, ao agregar uma bolsa de iniciação científica ou de monitoria na renda mensal da família, mesmo que seu valor seja inferior ao valor do BPC, a renda familiar mensal per capita ultrapasse o limite legal para percepção do benefício, de modo que o idoso ou deficiente que integra a família perca o direito a ele.

Isso, inequivocamente, desestimula o jovem a ingressar nos programas relacionados à aprendizagem e ao esporte e a competir por estas bolsas, na medida em que a renda total de sua família irá diminuir. A fim de corrigir essa distorção é que se propõe que os valores percebidos por essas bolsas não sejam contabilizados para aferição do limite de renda para percepção do BPC.

Ocorre que o rendimento do estágio supervisionado, contrato de aprendizagem e as diversas bolsas, como ocorre, por exemplo, com a Bolsa-Atleta, que pode chegar a R\$15.000,00, não podem ser excepcionados para o cálculo do limite de renda para percepção do BPC se, acumulados, extrapolarem o próprio valor pago pelo BPC.

Caso o rendimento do jovem seja elevado, o BPC deixa de ser necessário, uma vez que este é um benefício destinado a deficientes e idosos em situação de extrema vulnerabilidade econômica e que não gozam de outros benefícios da Assistência Social. A preocupação expressa nesta emenda é



que, se o Estado continuar a destinar o BPC para famílias que possuem rendimentos superiores ao valor do benefício (ainda que advindos de um estágio supervisionado ou de uma bolsa atleta), estar-se-á promovendo uma distribuição pouco focalizada de renda, que pode ocasionar redistribuições regressivas de renda. Esta emenda visa, portanto, garantir um caráter mais focalizado à concessão do BPC.

Assim, submeto a presente emenda para avaliação da Relatora, que inclui, como condição para

Sala das Sessões , em        de        de 2022.

Deputado **TIAGO MITRAUD**  
(NOVO/MG)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tiago Mitraud  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229385985600>

